



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



Ofício SMAP nº 106/2025

Morro Agudo, SP, 15 de outubro de 2025.

**Ref.: Projeto de Lei – Alteração de dispositivos da lei 1.988, de 04 de dezembro de 1997 - que cria o Conselho Municipal da Pessoa Idosa.**

A Sua Excelência o Senhor

**JOSÉ ROBERTO PICITELLI DOS SANTOS**

Presidente da Câmara Municipal de

Morro Agudo - SP

Prezado Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência e os dignos membros dessa respeitável Casa de Leis, venho, por meio deste, encaminhar para apreciação e deliberação o Projeto de Lei nº 124/2025, que altera o art. 2º da Lei Municipal nº 1.988, de 04 de dezembro de 1997, a qual dispõe sobre a criação e o funcionamento do Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMPI).

O presente projeto atende à solicitação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, que propôs o ajuste na forma de composição e escolha dos representantes da sociedade civil, de modo a:

- Garantir que os membros oriundos dos grupos de convivência de pessoas idosas sejam eleitos em fórum específico convocado para esse fim;
- Estabelecer que o representante da entidade social voltada ao atendimento de pessoas idosas seja indicado por seu respectivo dirigente; e
- Assegurar a designação de suplente para cada representante titular, de modo a garantir a regularidade das deliberações e a continuidade dos trabalhos do Conselho.

Essas medidas têm por finalidade aprimorar a representatividade, a transparência e a legitimidade democrática do processo de escolha dos conselheiros, além de conferir maior estabilidade institucional e segurança jurídica à atuação do CMPI.

A redação ora proposta foi elaborada em conformidade com os critérios de clareza, precisão e ordem lógica previstos na Lei Complementar nº 95/1998, preservando a composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil, conforme exigência do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003).

O texto também se alinha às práticas já adotadas pelo Conselho, adequando a legislação municipal à realidade atual das políticas públicas voltadas à pessoa idosa no Município, sem gerar impacto financeiro ou aumento de despesas.

O projeto encontra amparo nos arts. 30, incisos I e II, da CF/88, que asseguram ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, bem como no art. 37, caput, da CF/88, que consagra os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



Trata-se, portanto, de medida plenamente compatível com o ordenamento jurídico vigente e com o princípio da participação popular na formulação das políticas públicas, previsto no art. 1º, parágrafo único, da CF/88.

Diante do exposto, considerando o interesse público e a relevância da matéria, solicito o apoio dos Nobres Vereadores para a célere tramitação e aprovação do presente projeto de lei, que representa importante passo para o fortalecimento das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa no Município.

Requeiro, ainda, que a proposição seja apreciada em regime de urgência, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Município

Atenciosamente,

  
**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**

- Prefeito Municipal -





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



**=PROJETO DE LEI Nº 124 /2025=**

**Projeto de Lei de autoria Poder Executivo Municipal (Leandro César Silva Valadares)**

“Altera o art. 2º da Lei Municipal nº 1.988, de 04 de dezembro de 1997, que cria o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e dá outras providências.”

**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES,**  
Prefeito Municipal de Morro Agudo,  
Estado de São Paulo, no uso de suas  
atribuições legais, faz público que a  
Câmara Municipal aprovou e ele  
sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei Municipal nº 1.988, de 04 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 3.539, de 10 de novembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** O Conselho Municipal da Pessoa Idosa será composto por 8 (oito) membros, designados pelo Prefeito, sendo:

I – representantes do Poder Público:

- a) 1 (um) da Secretaria Municipal da Cidadania;
- b) 1 (um) da Secretaria Municipal da Educação;
- c) 1 (um) Secretaria Municipal da Saúde;
- d) 1 (um) da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

II – representantes da sociedade civil:

- a) 3 (três) representantes de usuários de Grupos de Convivência/Pessoa Idosa, os quais deverão ser eleitos em fórum específico convocado para esse fim;
- b) 1 (um) representante de entidade social que atue no atendimento à pessoa idosa, indicado pelo respectivo dirigente.

§ 1º Os Conselheiros de que trata o inciso I serão indicados pelos respectivos Secretários Municipais

§ 2º Cada representante titular referido neste artigo terá um suplente, indicado ou eleito pelo mesmo processo de escolha, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 3º A função de conselheiro será considerada de relevante interesse público e não será remunerada, sendo seu exercício gratuito.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO, SP, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES  
- Prefeito Municipal -

15/10/25 15:10:26 000712/2 Câmara Municipal Morro Agudo



**Lei n.º 1988 de 04 de Dezembro de 1.997.**

"Cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências"

**AMAURI JOSÉ BENEDETTI**, Prefeito Municipal de Morro Agudo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz público que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**ARTIGO 1º** - Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal do Idoso, com as seguintes atribuições:

**I** - formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

**II** - estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando a prestigiar e valorizar os idosos;

**III** - propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

**IV** - incrementar a organização e mobilização da comunidade idosa;

**V** - estimular a elaboração de projetos que tenham em mira a participação dos idosos em diversos setores da atividade social;

**VI** - examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados aos idosos;

**VII** - elaborar seu regimento interno.

**ARTIGO 2º** - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 8 (oito) membros, designados pelo Prefeito, sendo:

**I** - 1 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade;

**II** - 3 (três) representantes das Secretarias Municipais, Educação, Esporte e Turismo e Saúde;

**III** - 3 (três) representantes da Terceira Idade - Grupos Organizados;

**IV** - 1 (um) representante de entidade social que dedique ao trabalho com idosos.

**§ 1º** - Os Conselheiros de que trata o inciso II serão indicados pelos Secretários dentre as pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos dos idosos.

**§ 2º** - Os Conselheiros de que trata o inciso III serão indicados, de preferência, pelos grupos de terceira idade, dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertencem.

**§ 3º** - Os membros do Conselho não serão remunerados, considerado, porém, seu trabalho, como serviço público relevante.

**§ 4º** - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

**§ 5º** - Os membros do conselho poderão ser dispensados a qualquer tempo, a pedido ou a critério do prefeito.

**ARTIGO 3º** - O Presidente do Conselho, escolhido entre os seus membros, será designado pelo Prefeito.





**ARTIGO 4º** - A primeira designação dos membros do Conselho dar-se-á dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

**ARTIGO 5º** - Outras normas de organização do Conselho poderão ser definidas em decreto.

**ARTIGO 6º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Morro Agudo, 04 de Dezembro de 1.997.

**AMAURO JOSÉ BENEDETTI**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

Ofício Nº 020/2025-SC

Morro Agudo, quarta-feira, 15 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ ROBERTO PICITELLI DOS SANTOS

**Presidente da Câmara Municipal de Morro Agudo**

*19ª Legislatura (Mandato de 01/01/2025 até 31/12/2026)*

Praça Martinico Prado, Nº 1.646 – Centro

14640-097 – Morro Agudo / SP

Assunto: **Encaminha Projeto de Lei Nº 125/2025, de Pedido de Autorização de Abertura de Crédito Adicional Suplementar para Disponibilização de Recursos Orçamentários para o Fundo Municipal de Assistência Social de Morro Agudo.**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

1. Encaminhamos, em anexo, o projeto de lei em epígrafe, cuja matéria versa sobre a necessidade de **autorização de abertura de Crédito Adicional Suplementar, coberto com Excesso de Arrecadação, para disponibilização de recursos orçamentários para o Fundo Municipal de Assistência Social de Morro Agudo.**

2. Informamos que a presente solicitação **complementa a Lei Municipal Nº 3.860, de 08/09/2025,** que possibilitou a alocação de disponibilidade financeira no “Programa de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO**  
E S T A D O   D E   S Ã O   P A U L O



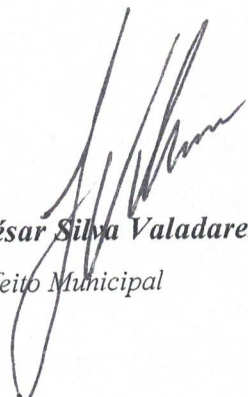
Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

**Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único, no Sistema Único da Assistência Social (ProCad-SUAS)”.**

3. Conclusa a presente explanação, resta-nos solicitar, de Vossas Excelências, a boa acolhida da presente matéria, a qual pedimos que tramite nos termos do artigo 51, da Lei Orgânica Municipal.

4. Apresentamos, no ensejo, nossos sinceros votos de estima e respeito, colocando-nos, ainda, a inteira disposição para o fornecimento de mais informações sobre essa propositura, caso se faça necessário.

Atenciosamente,

  
**Leandro César Silva Valadares**  
Prefeito Municipal

  
**Reinaldo Benedetti**  
Chefe do Setor de Contabilidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

**PROJETO DE LEI Nº 125, EM 15 DE OUTUBRO DE 2025**

[Projeto de Lei de Autoria do “Poder Executivo Municipal” – Prefeito “Leandro César Silva Valadares”]

“Dispõe sobre a autorização de abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor total de R\$ 6.856,99, a ser coberto com EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, e dá outras providências”.

**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**, Prefeito Municipal de Morro Agudo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz público que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**ARTIGO 1º** – Fica, o Poder Executivo, autorizado a abrir um *CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR*, no valor total de R\$ 6.856,99 (seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos), por solicitação da Secretária Municipal da Cidadania (Ofício Nº 069/2025-SMCaa, datado de 22/09/2025), modificando a *Dotação Orçamentária da Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024*, como complemento final da *Lei Municipal Nº 3.860, de 08/09/2025*, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*, em seu Artigo 41 e respectivo Inciso I, em consonância com a *Lei Municipal Nº 3.741, de 11/10/2024*, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 2º, e observada, por fim, a seguinte *Classificação da Despesa Orçamentária*:

**Órgão: 06 (SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA)**

Unidade: 03 (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S.)

Função: 08 (Assistência Social)

Subfunção: 122 (Administração Geral)

Programa: 0021 (Gestão e Coordenação da Assistência Social Geral)

Atividade: 2.102 (ProCad-SUAS: Progr.Fortalec.Emerg. Atend.Cad.Ún. Sist.Ún.Assist.Soc.)

Fonte de Recurso: 05 (Transferências e Convênios Federais – Vinculados)

Código de Aplicação: 500 (Assistência Social – Convênios / Entidades / Fundos)

**Elemento: 3.1.90.11.00 (Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil) [Ficha 924]**

..... **R\$ 6.856,99**

**TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ..... R\$ 6.856,99**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O VALOR do “Total do Crédito Adicional Suplementar”, aberto no *caput*, será COBERTO COM RECURSO resultante do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no exercício atual, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320/1964*, em seu Artigo 43, combinado com respectivos Parágrafo 1º, e seu Inciso II, e Parágrafo 3º, aumentando a “Estimativa de Receita” aprovada na *Lei Municipal Nº 3.756/2024*, em razão do seguinte repasse:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

✓ Ordem do Tesouro / Identificador do Pagamento Nº 4.591.709.000.297, do *Fundo Nacional de Assistência Social (F.N.A.S.)*, via *Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (M.D.S.)*, com Fonte de Recurso: 05 (*Transferências e Convênios Federais – Vinculados*)

→ Objetivo: **Pagamento referente ao Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (ProCad-SUAS)** – Competência: **09/2025** – Data do Pagamento: **15/09/2025** – Valor Recebido (50% Restante do Valor Total a Receber de R\$ 13.713,98) ..... **R\$ 6.856,99**

↳ Data Efetiva do Depósito em Conta Corrente: “15/09/2025” – Valor Depositado: “R\$ 6.856,99” – Banco do Depósito: “Brasil” – Agência do Depósito: “2328-0” (Morro Agudo) – Conta Corrente Nº: “36.632-3” (ProCad-SUAS) – Extrato Bancário Comprobatório: “Setembro/2025”

**TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO EXERCÍCIO ATUAL ..... R\$ 6.856,99**

**ARTIGO 2º** – Para cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo efetuará a *Compatibilização das Alterações*, ora implementadas, com a *Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.)*, do Exercício de 2025, assim como com o *Plano PluriAnual (P.P.A.)*, de 2022 a 2025, nos moldes daquilo estabelecido no Artigo 6º, da *Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024*.

**ARTIGO 3º** – Para os fins desta lei, adotam-se os seguintes CONCEITOS e DEFINIÇÕES:

**I – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A especificação do conjunto de dispêndios, realizados pelos entes públicos, em:

- a) Institucional:** “Órgão” e “Unidade Orçamentária”;
- b) Funcional:** “Funções” e “Subfunções”;
- c) Por Estrutura Programática:** “Programas” e “Ações [Atividade, Projeto, Operação Especial]”;
- d) Por Natureza:** “Categoria Econômica” [Despesas Correntes ou Despesas de Capital], “Grupo de Natureza da Despesa” [Exemplos: Pessoal e Encargos Sociais ou Outras Despesas Correntes], “Modalidade de Aplicação” [Exemplos: Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos ou Aplicações Diretas] e “Elemento de Despesa” [Exemplos: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ou Material de Consumo];  
(Fonte → Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público [M.C.A.S.P.: 11ª Edição Válida a Partir do Exercício de 2025], da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em sua “Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários”, “Capítulo 4: Despesa Orçamentária” e “Seção 4.2: Classificações da Despesa Orçamentária”)

**II – COMPATIBILIZAÇÃO / HARMONIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ENTRE AS PEÇAS DE PLANEJAMENTO:** O prevalecimento dos valores consignados nos “Anexos” da *Lei Orçamentária Anual (L.O.A.)*, em caso de divergência de quaisquer espécies, entre estes e os valores dos *Programas* e das *Ações* constantes da *Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.)*, para o exercício de 2025, assim como para o *Plano Plurianual (P.P.A.)*, para o período de 2022 a 2025 (Fonte → Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024, em seu Artigo 6º);

**III – CRÉDITO[s] ADICIONAL[ais] SUPLEMENTAR[es]:** Autorização[ões]:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

a) De despesa[s] insuficientemente fixada[s] na *Lei de Orçamento Anual (L.O.A.)*, destinada[s], portanto, a reforço de *Dotação Orçamentária* (Fonte → Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964, em seu Artigo 40, combinado com o Artigo 41 e respectivo Inciso I);

b) Dada aos Poderes Legislativo e Executivo, se bem como seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, para abertura de despesa[s]:

- 1) Resultante[s] de *Anulação Parcial ou Total de Dotação[ões] Orçamentária[s]* disponível[is] e não comprometida[s], no máximo até 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da despesa inicialmente fixada na “*L.O.A.*”, com vigência adstrita ao exercício financeiro de 2025 e com indicação, via Decreto do Executivo, da importância e das classificações institucional, funcional, por estrutura programática e por natureza, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*, em seus Artigos 41, Inciso I, 42, 43, § 1º, Inciso III, 45 e 46 (Fonte → Lei Municipal 3.741, de 11/10/2024, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 2º);
- 2) Destinada[s] a reforço de *Dotação[ões] Orçamentária[s]*, financiada[s] por *Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação*, somente por intermédio de determinação em lei específica, em cumprimento aos dispositivos da *Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*, em seus Artigos 41, Inciso I, 42, 43, § 1º, Incisos I, II e IV, §§ 2º, 3º e 4º, 45 e 46 (Fonte → Lei Municipal 3.741, de 11/10/2024, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 3º);

**IV – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Importância consignada em orçamento anual, para atender determinada despesa, a fim de executar *Ações* [sob a forma de *Atividades, Projetos* ou *Operações Especiais*] que lhe caiba realizar (Fonte → Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público [M.C.A.S.P.: 11ª Edição Válida a Partir do Exercício de 2025], da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em sua “Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários”, “Capítulo 4: Despesa Orçamentária” e “Seção 4.3: Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais”);

**V – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:** Dependência da existência de recursos disponíveis, desde que não comprometidos, sendo precedida de exposição justificativa, para ocorrer a despesa aberta por “*Crédito[s] Adicional[ais] Especial[ais] e/ou Suplementar[es]*” provenientes do saldo positivo das diferenças acumuladas, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. Dos recursos utilizáveis, deve-se deduzir a importância dos “*Créditos Extraordinários*” abertos no exercício (Fonte → Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964, em seu Artigo 43, combinado com respectivos Parágrafo 1º, e seu Inciso II, Parágrafo 3º e Parágrafo 4º);

**VI – LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964:** Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Fonte → Ementa da Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964);

**VII – LEI MUNICIPAL Nº 3.362, DE 01/07/2021:** *Plano PluriAnual* do Município de Morro Agudo, para o período de 2022 a 2025, também denominada de “*P.P.A.*” (Fonte → Ementa da Lei Municipal Nº 3.362, de 01/07/2021);

**VIII – LEI MUNICIPAL Nº 3.741, DE 11/10/2024:** *Diretrizes Orçamentárias*, para elaboração e execução da “*L.O.A.*” do exercício financeiro de 2025, também denominada de “*L.D.O.*” (Fonte → Ementa da Lei Municipal Nº 3.741, de 11/10/2024);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

**IX – LEI MUNICIPAL Nº 3.756, DE 31/12/2024:** Estima a receita e fixa a despesa do Município de Morro Agudo para o exercício de 2025, também chamada de *Lei Orçamentária Anual* ou “*L.O.A.*” (Fonte → Ementa da Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024;

**X – LEI MUNICIPAL Nº 3.860, DE 08/09/2025:** Autorização de abertura de *Crédito Adicional Especial*, no valor total de R\$ 6.856,99, a ser coberta com *Excesso de Arrecadação* no exercício atual, advindo do efetivo pagamento de 50% da parcela referente ao “Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (ProCad-SUAS)”, pelo Fundo Nacional de Assistência Social (F.N.A.S.), via Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (M.D.S.), dando, por fim, outras providências (Fonte → Ementa e Corpo da Lei Municipal Nº 3.860, de 08/09/2025);

**XI – OFÍCIO Nº 069/2025-SMCaa, DATADO DE 22/09/2025:** Correspondência oficial da Secretária Municipal da Cidadania de Morro Agudo, Carmem Lúcia Nishi, em que se solicita “[...] a *suplementação da 2ª parcela do ProCad-SUAS, recebido no dia 15/09/25, na conta 36.632-3 (extrato anexo) conforme [...] Lei Municipal Nº 3.860, de 08/09/2025 [...]*” (Fonte → Trechos da mencionada Correspondência Oficial);

**ARTIGO 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Morro Agudo, Estado de São Paulo, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

  
**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**  
(Prefeito Municipal)

15/10/25 15:12:48 000713/2 Câmara Municipal Morro Agudo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



**Ofício SMAP nº 105/2025**

Morro Agudo, SP, 15 de outubro de 2025.

**Ref.: Projeto de Lei – Alteração de dispositivos da estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura Municipal.**

A Sua Excelência o Senhor

**JOSÉ ROBERTO PICITELLI DOS SANTOS**

Presidente da Câmara Municipal de

Morro Agudo - SP

Prezado Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência e os demais integrantes desta respeitável Casa de Leis, encaminhamos para apreciação e deliberação o Projeto de Lei que “Dispõe sobre alteração de dispositivos da estrutura organizacional e administrativa da Lei Municipal nº 1.638, de 27 de abril de 1992”.

A presente proposta visa atender as necessidades identificadas para otimizar o funcionamento dos serviços públicos e garantir maior eficiência na gestão municipal

Tais alterações não acarretarão em aumento de despesas para o município, uma vez que se trata apenas de realocação de pessoal, sem criação de novos cargos ou alteração de carga horária e remuneração. A medida busca aprimorar a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados à população.

Sendo assim, enunciados os motivos que embasam a presente propositura, bem como, considerando a urgência e o interesse público relevante que a matéria envolve, contamos com a colaboração dos nobres vereadores para a aprovação deste importante Projeto de Lei, que trará benefícios significativos para o bem-estar da coletividade e para o desenvolvimento sustentável do município e com fundamento na Lei Orgânica deste município, solicito que o presente Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência, nos termos do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

  
**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**

- Prefeito Municipal -





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



=PROJETO DE LEI Nº 126 /2025=

**Projeto de Lei de autoria Poder Executivo Municipal (Leandro César Silva Valadares)**

"Dispõe sobre alteração de dispositivos da estrutura organizacional e administrativa da Lei Municipal nº 1.638, de 27 de abril de 1992."

**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES,**  
Prefeito Municipal de Morro Agudo,  
Estado de São Paulo, no uso de suas  
atribuições legais, faz público que a  
Câmara Municipal aprovou e ele  
sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Em razão de reestruturação administrativa, ficam alteradas as lotações/setores dos cargos abaixo discriminado, integrante do quadro de cargos constante no Anexo I da Lei nº 1.638/92, passando a vigorar conforme disposto a seguir:

Cargo	Quantidade de cargos com lotação alterada	Lotação/ Setor (atual)	Lotação/ Setor (nova)	Natureza/ Provimento
Técnico em Contabilidade	01	Setor de Contabilidade	Divisão de Planejamento	Efetivo

**Parágrafo único.** Permanecem inalterados os requisitos, a referência base remuneratória, carga horária, natureza de provimento e atribuições fixadas anteriormente para o cargo previsto na tabela do "caput" deste artigo.

**Art. 2º** Em razão de reestruturação administrativa, fica alterada a denominação e lotação/setor do cargo abaixo discriminado, integrante do quadro de cargos constante no Anexo I da Lei nº 1.638/92, passando a vigorar conforme disposto a seguir:

Cargo	Quantidade de cargos com lotação alterada	Denominação Nova	Lotação/ Setor (atual)	Lotação/ Setor (nova)	Natureza/ Provimento	Atribuições
Assessor da Secretaria Municipal da Cidadania	01	Assessor I	Secretaria Municipal da Cidadania	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Comissão (Livre Provimento)	I. prestar assessoria a seu superior; II. elaborar relatórios alinhados às estratégias de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br  
Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro  
14.640-000 - Morro Agudo - SP



Cargo	Quantidade de cargos com lotação alterada	Denominação Nova	Lotação/ Setor (atual)	Lotação/ Setor (nova)	Natureza/ Provimento	Atribuições
						governo na sua área de atuação; III. apoiar na integração de sua área de atuação às políticas públicas e de governo;

**Parágrafo único.** Permanecem inalterados os requisitos, a referência base remuneratória, carga horária, e natureza de provimento anteriormente fixadas para o cargo previsto na tabela do "caput" deste artigo.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal, por meio do Setor de Recursos Humanos, promoverá a adequação desta Lei na estrutura do quadro de pessoal da municipalidade.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO, SP, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES  
- Prefeito Municipal -





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



Ofício SMAP nº 104/2025

Morro Agudo, SP, 15 de outubro de 2025.

**Ref.: Projeto de Lei – Alteração de dispositivos da estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura Municipal.**

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ ROBERTO PICITELLI DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal de  
Morro Agudo - SP

Prezado Senhor Presidente, Nobres Vereadora e Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade adequar a jornada de trabalho do cargo de Diretor da Vigilância Sanitária às necessidades da Administração Municipal, ampliando-a de 30 para 40 horas semanais, em consonância com a prática adotada por diversos entes federativos.

A alteração proposta vem acompanhada do devido ajuste proporcional da remuneração, de modo a preservar o valor da hora-trabalho do servidor e evitar prejuízo financeiro.

A medida atende aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência e isonomia, além de observar o art. 37, X, da CF/88, que condiciona a fixação e alteração da remuneração dos servidores à edição de lei específica.

Por fim, cumpre destacar que a proposta respeita os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 16 e 17 da LC 101/2000), acompanhando-se do devido impacto financeiro-orçamentário.

Sendo assim, enunciados os motivos que embasam a presente propositura, contamos com a colaboração dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei e com fundamento na Lei Orgânica deste município, solicito que o presente Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência, nos termos do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

  
**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**

- Prefeito Municipal -



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP




## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESAS

Eu, **LEANDRO CESAR SILVA VALADARES**, **Prefeito Municipal de Morro Agudo, SP**, no uso de minhas atribuições legais e em atendimento ao disposto no Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), e considerando o Projeto de Lei que " Dispõe sobre alteração de dispositivos da estrutura organizacional e administrativa da Lei Municipal nº 1.638, de 27 de abril de 1992 ", declaro para os devidos fins:

1. Que o aumento de despesa previsto no projeto de lei que altera o cargo de Diretor da Vigilância Sanitária, conforme proposto no referido Projeto de Lei, possui **adequação orçamentária e financeira** com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Morro Agudo.
2. Que as despesas decorrentes desta alteração estão em conformidade com as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, conforme previsto no Projeto de Lei.
3. Que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da criação do referido adicional foi devidamente elaborada e demonstra a sustentabilidade da despesa para o exercício em que entrará em vigor e nos dois subsequentes, respeitando os limites e condições estabelecidos pela legislação fiscal e orçamentária.
4. Que o Município de Morro Agudo possui capacidade financeira para arcar com os custos decorrentes destas alterações, sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Morro Agudo, SP, 15 de outubro de 2025.

  
**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**  
Prefeito Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



=PROJETO DE LEI Nº 127 /2025=

**Projeto de Lei de autoria Poder Executivo Municipal (Leandro César Silva Valadares)**

“Dispõe sobre alteração de dispositivos da estrutura organizacional e administrativa da Lei Municipal nº 1.638, de 27 de abril de 1992.”

**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES,**  
Prefeito Municipal de Morro Agudo,  
Estado de São Paulo, no uso de suas  
atribuições legais, faz público que a  
Câmara Municipal aprovou e ele  
sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** O cargo público de Diretor da Vigilância Sanitária, de provimento efetivo, constante do quadro de cargos constante no Anexo I da Lei nº 1.638/92, passa a ter jornada semanal de 40 (quarenta) horas, em substituição à jornada anterior de 30 (trinta) horas semanais.

**Art. 2º** Em razão da alteração da jornada, a referência base do cargo de Diretor da Vigilância Sanitária, fixada no número 135 (centro e trinta e cinco) para a jornada de 30 horas, passa a ser a referência base de número 156 (cento e cinquenta e seis) para a jornada de 40 horas, observada a proporcionalidade da carga horária, e os valores de vencimentos previstos na tabela de vencimentos do funcionalismo público municipal, conforme lei 1.638/1992.

**Parágrafo único.** Permanecem inalterados os requisitos, a natureza de provimento e atribuições fixadas anteriormente para o cargo de Diretor da Vigilância Sanitária.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal, por meio do Setor de Recursos Humanos, promoverá a adequação desta Lei na estrutura do quadro de pessoal da municipalidade.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 22.000,00 ( *vinte e dois mil reais* ), em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 41 da Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964, observando-se as seguintes classificação da despesa orçamentária:

**ORGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

*Unidade: 01 Secretaria Municipal de Saúde*

*Função: 10 Saúde*

*Subfunção: 301 Atenção Básica*

*Programa: 0016 Saúde Integrada, Humanizada e Qualificada*

*Projeto/Atividade: 2017 0000 Manutenção e Qualificação da Atenção Primária*

*Fonte de recurso: 01 tesouro*

*Código de aplicação: 301.000 Atenção Básica-Conv./entidades/fundos*

**Elemento: 3.1.90.11.00 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil [ficha 316] ...R\$ 22.000,00**

**TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....R\$ 22.000,00**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

Estado de São Paulo

Fone (16) 3851-1400

Fax (16) 3851-1166

prefeito@morroagudo.sp.gov.br

Praça Martinico Prado nº 1.626 - Centro

14.640-000 - Morro Agudo - SP



**Parágrafo único** – O crédito autorizado no *caput* será coberto com recurso disponível oriundo de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias especificadas a seguir, nos termos do artigo 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964:

**ORGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

*Unidade: 02 Encargos Gerais do Município*

*Função: 99 Reserva de Contingência*

*Subfunção: 999 Reserva de Contingência*

*Programa: 9999 Reserva de Contingência*

*Projeto/Atividade: 9999 0000 Reserva de Contingência*

*Fonte de recurso: 01 tesouro*

*Código de aplicação: 110.000 geral*

**Elemento: 9.9.99.99.00 reserva de contingência [ficha 088] .....R\$ 22.000,00**

**TOTAL DAS ANULAÇÕES DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....R\$ 22.000,00**

**Art. 5º** Para cumprimento do disposto nesta Lei, o Poder Executivo compatibilizará as alterações, ora implementadas, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.), do Exercício de 2025, assim como o Plano Plurianual (P.P.A.), de 2022 a 2025, nos moldes daquilo estabelecido no Artigo 6º, da Lei Municipal n.º 3.756, de 31/12/2024.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO, SP, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES  
- Prefeito Municipal -

15/10/25 15:15:49 000715/1 Câmara Municipal Morro Agudo





**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**  
**(Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)**

**DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21, DA LEI COMPLEMENTAR nº 101/2000.**

**CONSIDERANDO** que os atos que resultem em aumento de despesa obrigatória de caráter continuado devem ser acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

**CONSIDERANDO** que qualquer aumento de despesa deve observar a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000, quanto à necessidade de demonstrar a origem dos recursos e sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA);

Apresenta-se o relatório de impacto, que visa atender ao disposto no art. 169 da Constituição Federal e nos arts. 15, 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000, em razão da alteração da carga horária semanal de 30 para 40 horas e da reclassificação de referência salarial (de Ref. 135 para Ref. 156) de 1 (um) cargo efetivo de Diretor da Vigilância Sanitária. O impacto calculado abrange vencimentos, adicionais, encargos sociais e benefícios legais

**1. DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO**

**1.1 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO MENSAL - CENÁRIO ATUAL**

Cargo/Função (A)	Quantidade (B)	Referência Base (C)	Carga Horária Semanal (D)	Custos Mensais				
				Piso Salarial (E)	Auxílio Alimentação (F)	Contribuições Sociais (23,71% ou 28,24%) (G)	Plano de Saúde (H)	Adicional Incorporado (I)
Diretor da Vigilância Sanitária	1	135	30	4.510,95	1.100,00	1.391,22	171,93	415,48

Provisão Mensal de Encargos Anuais								
Cargo/Função (A)	1/12 avos - 13º Salário (I)	1/12 avos sobre Férias Regulamentares (J)	1/12 avos sobre 1/3 de Férias (K)	1/60 avos - Férias Prêmio (L)	1/12 avos - Periculosidade (M)	Encargos Sociais Incidentes sobre o 13º Salário (N) - 27,97%	Total por Servidor (O)	Total Geral (P)
Diretor da Vigilância Sanitária	410,54	410,54	136,85	246,32	-	114,83	8.908,65	8.908,65
TOTAL								8.908,65



**1.2 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO MENSAL - CENÁRIO COM PROPOSTO DE AUMENTO DA REF.**

Cargo/Função (A)	Quantidade (B)	Referência Base (C)	Carga Horária Semanal (D)	Custos Mensais				
				Piso Salarial (E)	Auxílio Alimentação (F)	Contribuições Sociais (23,71% ou 28,24%) (G)	Plano de Saúde (H)	Adicional Incorporado (I)
Diretor da Vigilância Sanitária	1	156	40	6.000,18	1.100,00	1.811,78	171,93	415,48

Provisão Mensal de Encargos Anuais								
Cargo/Função (A)	1/12 avos - 13º Salário (I)	1/12 avos sobre Férias Regulamentares (J)	1/12 avos sobre 1/3 de Férias (K)	1/60 avos - Férias Prêmio (L)	1/12 avos - Periculosidade (M)	Encargos Sociais Incidentes sobre o 13º Salário (N) - 27,97%	Total por Servidor (O)	Total Geral (P)
Diretor da Vigilância Sanitária	534,64	534,64	178,21	320,78	-	149,54	11.217,18	11.217,18
TOTAL								11.217,18

**1.3 VARIAÇÃO DE CUSTO**

A-) Cenário Atual (Item 1.1) .....	8.908,65
B-) Cenário Aumento de Referência (Item 1.1) .....	11.217,18
C-) Variação (C = A x B) .....	R\$ 2.308,53

**1.4 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - VARIAÇÃO**

A-) Custo Mensal (Item 1.3) .....	R\$ 2.308,53
B-) Quantidade de Meses .....	13
C-) Custo Anual (C = A x B) .....	R\$ 30.010,94

**1.5 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2025**

A-) Custo Mensal (Item 1.3) .....	R\$ 2.308,53
B-) Quantidade de Meses Restantes OUTUBRO à DEZEMBRO).....	3
C-) Custo Anual (C = A x B) .....	R\$ 6.925,60

**1.6 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

A-) Custo Mensal do Exercício de 2025 (Item 1.3 A) .....	R\$ 2.308,53
B-) Quantidade de Meses Restantes.....	3
C-) Custo no Período de Janeiro a Março de 2026 (C = A x B) .....	R\$ 6.925,60
D-) Índice de Reajuste Previsto em Abril (Boletim Focus) .....	4,28%
E-) Custo Mensal no Exercício de 2026 (Estimativa Abril/2026) (C = A x B).....	R\$ 2.407,34
F-) Quantidade de Meses Restantes.....	10
G-) Custo no período Abril a Dezembro de 2026 (G = E x F).....	R\$ 24.073,39
H-) Custo Anual (H = C + G) .....	R\$ 30.998,99

**1.7 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2027**

A-) Custo Mensal do Exercício de 2026 (Item 1.4 E) .....	R\$ 2.407,34
B-) Quantidade de Meses Restantes.....	3
C-) Custo no Período de Janeiro a Março de 2027 (C = A x B) .....	R\$ 7.222,02
D-) Índice de Reajuste Previsto em Abril.....	3,90%
E-) Custo Mensal no Exercício de 2027 (Estimativa Abril/2027) (C = A x B).....	R\$ 2.501,23
F-) Quantidade de Meses Restantes.....	10



G-) Custo no período Abril a Dezembro de 2027 (G = E x F).....	R\$	25.012,26
H-) Custo Anual (H = C + G) .....	R\$	32.234,27

2. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DE 3 EXERCÍCIOS (2025, 2026 E 2027)

CONSIDERANDO que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

TENDO EM VISTA que considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, conforme §7º do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000;

a) Total do Impacto Orçamentário-Financeiro de 3 (Três) Exercícios	R\$	70.158,87
--	-----	-----------

3. DA CONFIGURAÇÃO COMO DESPESA IRRELEVANTE

CONSIDERANDO que os atos que criarem ou aumentarem despesa deverão demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, nos termos do § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO que, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, ressalva-se da obrigatoriedade de apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro a despesa considerada irrelevante, na forma definida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

A) Receita Corrente Líquida – Exercício de 2025 (Set/24 a Ago/25) ....	R\$	216.212.295,24		R\$	216.212.295,24
B) Receita Corrente Líquida – Exercício de 2026 (Prevista) .....	R\$	221.414.552,94	4,28%	R\$	225.466.181,48
C) Receita Corrente Líquida – Exercício de 2027 (Prevista) .....	R\$	234.259.362,55	3,90%	R\$	234.259.362,55
D) Percentual de Comprometimento com o Ato - Exercício 2025 .....		0,0032%			
E) Percentual de Comprometimento com o Ato - Exercício 2026 .....		0,0140%			
F) Percentual de Comprometimento com o Ato - Exercício 2027 .....		0,0138%			

Verifica-se que o impacto decorrente da alteração proposta representa **0,0022% da RCL em 2025, 0,0098% em 2026 e 0,0096% em 2027**, valores muito inferiores ao limite de 0,5% da Receita Corrente Líquida previsto na legislação.

Dessa forma, a despesa pode ser classificada como irrelevante para os fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000. Ainda assim, em observância ao princípio da transparência, apresenta-se esta estimativa de impacto orçamentário-financeiro acompanhada da declaração de adequação orçamentária e financeira do ordenador da despesa, em consonância com os arts. 15, 16 e 17 da LRF.

4. CONFORME ESTIMATIVA COM AS DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL

Em atendimento ao disposto nos arts. 19, inciso III; 20, inciso III, alínea b; e 22, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), observa-se que a despesa total com pessoal não poderá ultrapassar 95% do limite estabelecido para o Poder Executivo Municipal, equivalente a 51,3% da Receita Corrente Líquida (limite prudencial).

4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Período	Valor	% em relação a R.C.L.		
09/2024 a 08/2025	R\$ 90.883.430,61	42,03%	R\$ 85.959.999,61	4,28%
			R\$ 89.639.087,59	3,90%
			R\$ 93.135.012,01	

Com base nesse demonstrativo, o aumento do gasto com pessoal, baseado no provimento dos cargos, alvo dessa estiva, chegarão, em cada período de apuração, a:

ANO	% da R.C.L.	Memo. de cálculo	
2025	42,0332%	(2.E+3.1)	40,48%
2026	42,0472%	(2.F+3.1)	39,76%
2027	42,0610%	(2.G+3.1)	

Constata-se, portanto, que mesmo com o aumento decorrente da alteração de referência e carga horária dos cargos analisados, a despesa total com pessoal permanecerá significativamente abaixo do limite prudencial da LRF (51,3% da RCL).



Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

Praça Martinico Prado, 1626 – Centro – Caixa Postal, 92/96 – Fone (16) 3851-1400 – Fax: 3851-1166

Morro Agudo/SP – CEP 14640-000 – [www.morroagudo.sp.gov.br](http://www.morroagudo.sp.gov.br)



## 5. CONCLUSÃO / PARECER

À vista de todo o exposto, conclui-se que não há impedimentos legais ou fiscais para a efetivação da alteração proposta, consistente no aumento de carga horária semanal de 30 para 40 horas e na reclassificação da referência salarial do cargo de Diretor da Vigilância Sanitária.

Ressalta-se, contudo, que a presente análise considera exclusivamente os dados e parâmetros atualmente informados, não sendo possível garantir a manutenção das conclusões em caso de alterações futuras relacionadas ao quantitativo de servidores, suas jornadas de trabalho ou referências salariais.

Prefeitura Municipal de Morro Agudo/SP, 13 de outubro de 2025.

**MICHEL AUGUSTO COGNETTE DOS SANTOS**

Técnico em Contabilidade





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO**  
ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

Ofício Nº 021/2025-SC

Morro Agudo, quarta-feira, 15 de outubro de 2025.

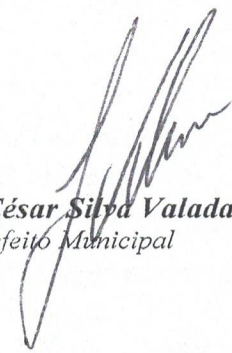
A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ ROBERTO PICITELLI DOS SANTOS**  
**Presidente da Câmara Municipal de Morro Agudo**  
*19ª Legislatura (Mandato de 01/01/2025 até 31/12/2026)*  
Praça Martinico Prado, Nº 1.646 – Centro  
14640-097 – Morro Agudo / SP

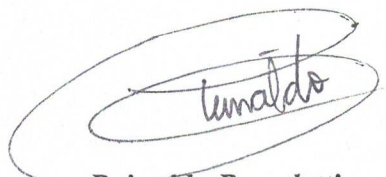
Assunto: Encaminha Projeto de Lei Nº 128 /2025, de Pedido de Autorização de Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especial, em Atendimento à Solicitação do Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

1. Encaminhamos, em anexo, o projeto de lei em epígrafe, cuja matéria versa sobre a necessidade de **autorização de abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especial para disponibilização de recursos orçamentários destinados a custear projetos e ações que garantam e defendam os direitos da pessoa idosa em nosso município.**
2. Concluída a presente explanação, resta-nos reforçar que a presente matéria está detalhada na *Resolução Nº 013/2025-CMPI, tomada em reunião de 30/07/2025, do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Morro Agudo (C.M.P.I.)*, anexada a esta correspondência oficial.
3. Apresentamos, por fim, nossos sinceros votos de estima e respeito.

Atenciosamente,

  
**Leandro César Silva Valadares**  
Prefeito Municipal

  
**Reinaldo Benedetti**  
Chefe do Setor de Contabilidade





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

### **PROJETO DE LEI Nº 128, EM 15 DE OUTUBRO DE 2025**

[Projeto de Lei de Autoria do “Poder Executivo Municipal” – Prefeito “Leandro César Silva Valadares”]

“Dispõe sobre a autorização de abertura de CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES e ESPECIAL, no valor total de R\$ 754.615,36, a serem cobertos com SUPERÁVIT FINANCEIRO, e dá outras providências”.

**LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES**, Prefeito Municipal de Morro Agudo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz público que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**ARTIGO 1º** – Fica, o Poder Executivo, autorizado a abrir *CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES*, no valor total de R\$ 664.495,36 (seiscentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), por solicitação do Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa (Ofício Nº 005/2025-CMPI, datado de 30/07/2025), modificando a *Dotação Orçamentária da Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024*, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*, em seu Artigo 41 e respectivo Inciso I, em consonância com a *Lei Municipal Nº 3.741, de 11/10/2024*, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 2º, e observada, por fim, a seguinte *Classificação da Despesa Orçamentária*:

#### **Órgão: 06 (SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA)**

Unidade: 05 (FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – F.M.D.P.I.)

Função: 08 (Assistência Social)

Subfunção: 241 (Assistência à Pessoa Idosa)

Programa: 0021 (Gestão e Coordenação da Assistência Social Geral)

Atividade: 2.066 (Proteção Social ao Idoso)

Fonte de Recurso: 03 (Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa – Vinculados)

Código de Aplicação: 500 (Assistência Social – Convênios / Entidades / Fundos)

**Elemento: 3.3.50.39.00 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) [Ficha 302] ..**

**R\$ 271.095,36**

**Elemento: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) [Ficha 306] ..**

**R\$ 393.400,00**

**TOTAL DOS CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ..... R\$ 664.495,36**

**ARTIGO 2º** – Fica, o Poder Executivo, autorizado a abrir um *CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL*, no valor total de R\$ 90.120,00 (noventa mil, cento e vinte reais), também por solicitação do Presidente do C.M.P.I. (Ofício Nº 005/2025-CMPI), da mesma forma modificando a *Dotação Orçamentária da Lei Municipal Nº 3.756/2024*, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320/1964*, em seu Artigo 41 e respectivo Inciso II, em consonância com a *Lei Municipal Nº 3.741/2024*, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 4º, e observada, por fim, a seguinte *Classificação da Despesa Orçamentária*:

#### **Órgão: 06 (SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA)**

Unidade: 05 (FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – F.M.D.P.I.)

Função: 08 (Assistência Social)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

Subfunção: 241 (Assistência à Pessoa Idosa)

Programa: 0021 (Gestão e Coordenação da Assistência Social Geral)

Atividade: 2.066 (Proteção Social ao Idoso)

Fonte de Recurso: 03 (Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa – Vinculados)

Código de Aplicação: 500 (Assistência Social – Convênios / Entidades / Fundos)

**Elemento: 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente) [Ficha \_\_\_\_] ..... R\$ 90.120,00**

**TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ..... R\$ 90.120,00**

**ARTIGO 3º** – O VALOR do “Total dos Créditos Adicionais Suplementares”, somado ao VALOR do “Total do Crédito Adicional Especial”, aberto nos Artigos 1º e 2º desta lei, será COBERTO COM RECURSO resultante do SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

**PARÁGRAFO 1º** – Em complemento ao *caput*, o financiamento das despesas se comprova por intermédio dos “Recursos Vinculados”, mais especificamente da área de “Assistência Social”, conforme “Quadro D” a seguir demonstrado, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320/1964*, em seu Artigo 43, combinado com respectivos Parágrafos 1º, e seu Inciso I, e 2º:

### PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

#### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

#### D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2024)

Pág.: 1

Exercício de 2024

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

#### D) QUADRO DO SUPERÁVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-30.729.890,56	-17.951.437,35
01	VINCULADO	8.187.345,12	5.690.562,46
100	GERAL TOTAL	360.354,03	-3.954.978,94
110	GERAL	-2.309,60	-1.552,50
111	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	111.921,30	95.779,78
130	CIDE-CONTRIB INTER V NO DOMINIO ECONOMICO	183.270,72	138.580,72
131	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	65.831,00	48.861,13
190	MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIA	-2.131.388,91	-1.912.902,37
200	EDUCAÇÃO	70.041,52	-26.267,43
210	EDUCAÇÃO INFANTIL	599,35	20.434,08
220	ENSINO FUNDAMENTAL	20.702,60	-13.752,56
221	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	19.517,49	529.034,22
230	ENSINO MÉDIO	-19.481,30	-16.964,58
233	RECURSOS DO PNAE - ENSINO MÉDIO	-3.677,13	-2.666,76
261	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTERIO/Prof Educação	-302.316,91	-923,05
262	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	-365.853,09	-27.674,66
271	EDUC. FUNDEB-MAGIST/PROF EDUC - CRECHE	-42.178,69	0,00
272	EDUC. FUNDEB-MAGIST/PROF EDUC - PRÉ ESCOL	-84.966,11	-1.337,71
273	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS - CRECHE	-85.122,95	-3.417,40
274	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS - PRÉ-ESCOLA	-70.295,58	-3.171,12
280	RECURSOS DO SALARIO EDUCAÇÃO-CRECHE	-47.584,16	-137.454,34
281	RECURSOS DO SALARIO EDUCAÇÃO-PRÉ-ESCOLA	-38.668,16	-87.446,10
282	RECURSOS SALARIO EDUCAÇÃO-ENSINO FUNDAME	-151.724,44	677.395,17
283	RECURSOS DO PNAE-CRECHE	-6.098,41	8.247,85
284	RECURSOS DO PNAE-PRÉ-ESCOLA	-1.504,00	-12.611,30
285	RECURSOS DO PNAE-ENSINO FUNDAMENTAL	-122.843,34	-34.943,44
287	RECURSOS DO PNATE - PRÉ-ESCOLA	20.311,60	20.311,60
300	SAÚDE	279.484,08	662.196,17
301	ATENÇÃO BÁSICA	784.466,07	930.590,56
302	ATENÇÃO DE MÉDIA/ALTA COMPLEX.AMBUL.HOSP	465.519,90	1.344.593,50
303	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	336.218,84	180.747,70
304	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	187.709,43	230.344,23
305	GESTÃO DO SUS	27.515,59	27.841,53
311	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	571.172,81	945.768,07
312	RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS	731.762,72	1.728.968,08
313	TRANSF.GOV.FEDERAL DEST.VENC.ACS E ACE	389.712,00	0,00
370	GRUPO IMPLMENT PISO SALARIAL ENFERMAGEM	136.583,68	632.795,96
411	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	19,94	18,42
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.306.839,79	1.488.310,39
511	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	306.402,70	334.445,23
800	TRANSF. UNIO DECORRENTES EMENDA PARL. IND	883.997,83	1.177.039,96
801	TRANSF. ESTADO DECORRENTES EMENDA PARL. IN	303.509,91	712.818,07
<b>TOTAL</b>		<b>-15.592.545,44</b>	<b>-11.370.874,89</b>

**PARÁGRAFO 2º** – Em complemento ao *caput*, o financiamento das despesas comprova por intermédio do “Saldo Bancário Disponível em 31/12/2024”, conforme especificação que segue:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

Banco: “Brasil”

Agência Nº: “2328-0” (Morro Agudo)

Conta Corrente Nº: “31.895-7” (Fundo Municipal do Direito do Idoso – F.M.D.I.)

Extrato Bancário Comprobatório Emitido em 30/07/2025: “Período de 12/2024”

Saldo Disponível em Conta de Investimento: “R\$ 2.006.193,37”

**Saldo Disponibilizado conforme Resolução Nº 013/2025-CMPI, do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Morro Agudo ..... R\$ 754.615,36**

**TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APUR. EM BALANÇO PATRIM. .... R\$ 754.615,36**

**ARTIGO 4º** – Para cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo efetuará a *Compatibilização das Alterações*, ora implementadas, com a *Lei de Diretrizes Orçamentárias* (L.D.O.), do Exercício de 2025, assim como com o *Plano Plurianual* (P.P.A.), de 2022 a 2025, nos moldes daquilo estabelecido no Artigo 6º, da *Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024*.

**ARTIGO 5º** – Para os fins desta lei, adotam-se os seguintes CONCEITOS e DEFINIÇÕES:

**I – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A especificação do conjunto de dispêndios, realizados pelos entes públicos, em:

- Institucional*: “Órgão” e “Unidade Orçamentária”;
- Funcional*: “Funções” e “Subfunções”;
- Por Estrutura Programática*: “Programas” e “Ações [Atividade, Projeto, Operação Especial]”;
- Por Natureza*: “Categoria Econômica” [Despesas Correntes ou Despesas de Capital], “Grupo de Natureza da Despesa” [Exemplos: Pessoal e Encargos Sociais ou Outras Despesas Correntes], “Modalidade de Aplicação” [Exemplos: Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos ou Aplicações Diretas] e “Elemento de Despesa” [Exemplos: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ou Material de Consumo];  
(Fonte → Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público [M.C.A.S.P.: 11ª Edição Válida a Partir do Exercício de 2025], da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em sua “Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários”, “Capítulo 4: Despesa Orçamentária” e “Seção 4.2: Classificações da Despesa Orçamentária”)

**II – COMPATIBILIZAÇÃO / HARMONIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ENTRE AS PEÇAS DE PLANEJAMENTO:** O preavalecimento dos valores consignados nos “Anexos” da *Lei Orçamentária Anual* (L.O.A.), em caso de divergência de quaisquer espécies, entre estes e os valores dos *Programas* e das *Ações* constantes da *Lei de Diretrizes Orçamentárias* (L.D.O.), para o exercício de 2025, assim como para o *Plano Plurianual* (P.P.A.), para o período de 2022 a 2025 (Fonte → Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024, em seu Artigo 6º);

**III – CRÉDITO[s] ADICIONAL[ais] ESPECIAL[ais]:** Autorização[ões]:

**a)** De despesa[s] não computada[s] na *Lei de Orçamento Anual* (L.O.A.), destinada[s], portanto, àquela[s] para a[s] qual[is] não haja “*Dotação Orçamentária*” específica (Fonte → Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964, em seu Artigo 40, combinado com o Artigo 41 e respectivo Inciso II);

**b)** Dada aos Poderes Legislativo e Executivo, se bem como seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, para abertura de despesas para as quais não haja “*Dotação Orçamentária*” específica, apenas mediante aprovação de lei exclusiva, seguindo as disposições da “*Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*”, em seus Artigos 41, Inciso II, 42, 43, § 1º, Incisos I, II, III e IV, 45 e 46 (Fonte → Lei Municipal 3.741, de 11/10/2024, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 4º);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

### IV – CRÉDITO[s] ADICIONAL[ais] SUPLEMENTAR[es]: Autorização[ões]:

a) De despesa[s] insuficientemente fixada[s] na *Lei de Orçamento Anual (L.O.A.)*, destinada[s], portanto, a reforço de *Dotação Orçamentária* (Fonte → Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964, em seu Artigo 40, combinado com o Artigo 41 e respectivo Inciso I);

b) Dada aos Poderes Legislativo e Executivo, se bem como seus fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, para abertura de despesa[s]:

1) Resultante[s] de *Anulação Parcial ou Total de Dotação[ões] Orçamentária[s]* disponível[is] e não comprometida[s], no máximo até 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da despesa inicialmente fixada na “*L.O.A.*”, com vigência adstrita ao exercício financeiro de 2025 e com indicação, via Decreto do Executivo, da importância e das classificações institucional, funcional, por estrutura programática e por natureza, nos termos da *Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*, em seus Artigos 41, Inciso I, 42, 43, § 1º, Inciso III, 45 e 46 (Fonte → Lei Municipal 3.741, de 11/10/2024, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 2º);

2) Destinada[s] a reforço de *Dotação[ões] Orçamentária[s]*, financiada[s] por *Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação*, somente por intermédio de determinação em lei específica, em cumprimento aos dispositivos da *Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964*, em seus Artigos 41, Inciso I, 42, 43, § 1º, Incisos I, II e IV, §§ 2º, 3º e 4º, 45 e 46 (Fonte → Lei Municipal 3.741, de 11/10/2024, em seu Artigo 8º e respectivo Parágrafo 3º);

V – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Importância consignada em orçamento anual, para atender determinada despesa, a fim de executar *Ações* [sob a forma de *Atividades, Projetos* ou *Operações Especiais*] que lhe caiba realizar (Fonte → Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público [M.C.A.S.P.: 11ª Edição Válida a Partir do Exercício de 2025], da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em sua “Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários”, “Capítulo 4: Despesa Orçamentária” e “Seção 4.3: Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais”);

VI – LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964: Normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Fonte → Ementa da Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964);

VII – LEI MUNICIPAL Nº 3.362, DE 01/07/2021: *Plano PluriAnual* do Município de Morro Agudo, para o período de 2022 a 2025, também denominada de “*P.P.A.*” (Fonte → Ementa da Lei Municipal Nº 3.362, de 01/07/2021);

VIII – LEI MUNICIPAL Nº 3.741, DE 11/10/2024: *Diretrizes Orçamentárias*, para elaboração e execução da “*L.O.A.*” do exercício financeiro de 2025, também denominada de “*L.D.O.*” (Fonte → Ementa da Lei Municipal Nº 3.741, de 11/10/2024);

IX – LEI MUNICIPAL Nº 3.756, DE 31/12/2024: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Morro Agudo para o exercício de 2025, também chamada de *Lei Orçamentária Anual* ou “*L.O.A.*” (Fonte → Ementa da Lei Municipal Nº 3.756, de 31/12/2024);

X – OFÍCIO Nº 005/2025-CMPI, DATADO DE 30/07/2025: Correspondência oficial do Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Carlos Alexandre Bernardes, em que se solicita a “[...] adoção das providências necessárias para a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI) [...] {que} se fundamenta na existência de superávit financeiro apurado em balanço do exercício de 2024, no valor de R\$ 2.006.193,37 [...] {e} corresponde ao saldo verificado em 31/12/2024 na conta corrente vinculada [...] mantida no Banco do Brasil (Agência: 2328-0, Conta: 31.895-7), conforme extrato bancário anexo [...]”, conforme *Classificação da Despesa Orçamentária* devidamente discriminada (no Órgão Secretaria Municipal da Cidadania e sua Atividade Proteção Social ao Idoso) (Fonte → Trechos da mencionada Correspondência Oficial – Documento Protocolizado Nº 2.155, em 04/08/2025);





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## ESTADO DE SÃO PAULO



Praça Martinico Prado, Nº 1.626 – Centro – Morro Agudo – SP – CEP.: 14.640-000  
SITE: <http://www.morroagudo.sp.gov.br/> – E-MAIL: [prefeito@morroagudo.sp.gov.br](mailto:prefeito@morroagudo.sp.gov.br)  
CNPJ.: 45.345.899/0001-12 – Caixa Postal: 92 e/ou 96 – Telefones: (16) 3851-1400 (PABX) ou 3851-1166 (FAX)

XI – RESOLUÇÃO Nº 013/2025-CMPI, TOMADA EM REUNIÃO DE 30/07/2025: Ato oficial do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Morro Agudo – C.M.P.I., presidido pelo servidor público Carlos Alexandre Bernardes, em que se “[...] aprova a reprogramação de parte do saldo financeiro do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI), referente ao exercício de 2024, no valor de R\$ 754.615,36 [...] {que} serão destinados exclusivamente ao custeio dos projetos e ações elencados no Anexo I desta Resolução [...]” (Fonte → Trechos da mencionada Decisão de autoridade pública);

XII – SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR: Dependência da existência de recursos disponíveis, desde que não comprometidos, sendo precedida de exposição justificativa, para ocorrer a despesa aberta por “Crédito[s] Adicional[ais] Especial[ais] e/ou Suplementar[es]”, provenientes da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas (Fonte → Lei Federal Nº 4.320, de 17/03/1964, em seu Artigo 43, combinado com respectivos Parágrafos 1º, e seu Inciso I, e 2º).

**ARTIGO 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Morro Agudo, Estado de São Paulo, 15 DE OUTUBRO DE 2025.

LEANDRO CÉSAR SILVA VALADARES  
(Prefeito Municipal)

15/10/25 15:53:03 000716/1 Câmara Municipal Morro Agudo  
Autenticado  
Leandro César Silva Valadares





# CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## Estado de São Paulo



### **MOÇÃO DE APOIO Nº 7/2025**

**(Autoria do Vereador José Roberto Picitelli dos Santos)**

A Câmara Municipal de Morro Agudo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, por meio deste, manifestar **apoio institucional à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 143/2020, conhecido como "Descongela Já", de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra Rezende**, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

A referida proposição legislativa tem por finalidade restabelecer a contagem de tempo de serviço dos servidores públicos das três esferas federativas - União, Estados e o Distrito Federal e Municípios — para fins de aquisição de direitos e vantagens funcionais, tais como anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio, entre outros benefícios previstos em estatutos e regimes jurídicos próprios.

Tal iniciativa visa reparar os efeitos da **Lei Complementar nº 173/2020**, editada no contexto do estado de calamidade pública reconhecido em razão da pandemia da COVID-19, cujo **artigo 8º, inciso IX**, estabeleceu a suspensão da contagem de tempo de serviço para a concessão de benefícios funcionais vinculados ao tempo, como medida de contenção fiscal emergencial.

Essa limitação temporária perdurou por 583 dias, compreendidos entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, e gerou impactos significativos sobre o funcionalismo público, especialmente entre os profissionais da saúde, segurança pública, educação e setores administrativos, os quais, mesmo em condições adversas, atuaram de forma ininterrupta para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população.

Além de comprometer a progressão funcional e reconhecimento profissional dos servidores, a medida excepcional violou princípios constitucionais fundamentais, como os da isonomia, moralidade, legalidade e valorização do serviço público, acarretando ainda efeitos negativos sobre a segurança jurídica das carreiras públicas.

Com o término do estado de calamidade e a superação do cenário emergencial que justificou a norma restritiva, o Projeto de Lei Complementar nº 143/2020 apresenta-se como **um instrumento de reparação jurídica e reconhecimento institucional**, ao prever o restabelecimento da contagem do tempo de serviço interrompido, bem como conferir autorização aos entes federativos a regulamentarem, por meio de legislação própria, o pagamento retroativo das vantagens suprimidas, conforme sua capacidade orçamentária e administrativa.

Em **26 de agosto de 2025**, a proposição legislativa foi **aprovada** pela Câmara dos Deputados, com expressiva **maioria de 371 votos favoráveis e apenas 10 contrários**, refletindo a ampla mobilização nacional em torno da Campanha "Descongela Já", liderada por entidades representativas dos servidores públicos e amplamente respaldada pela sociedade civil. No momento, o projeto aguarda apreciação pelo Senado Federal, última etapa do processo legislativo antes de sua eventual sanção presidencial.

Cabe destacar que essa mobilização legislativa encontra respaldo também no **Projeto de Lei Complementar nº 21/2023**, de autoria da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, que, embora distinto, converge nos mesmos objetivos de recomposição de direitos funcionais suspensos em razão da pandemia, reforçando a legitimidade e a urgência da reparação proposta.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

## Estado de São Paulo



A aprovação definitiva do PLP nº 143/2020 representa não apenas a recomposição dos direitos materiais, mas também **um ato de reconhecimento político-institucional ao esforço, comprometimento e resiliência dos servidores públicos** que mantiveram em funcionamento a administração estatal durante um dos períodos mais críticos da história recente do país.

Ademais, **reforça o compromisso do Estado brasileiro com a valorização do funcionalismo e o fortalecimento do serviço público como pilar essencial do Estado Democrático de Direito.** Desta forma, a **Câmara Municipal de Morro Agudo manifesta seu integral e irrestrito apoio à célere aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 143/2020**, conclamando os membros do Senado Federal a reconhecerem a relevância e a justiça da matéria, em defesa da legalidade, da valorização dos servidores públicos e da continuidade das políticas públicas.

Requeiro, ainda, que sejam enviadas cópias desta Moção ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **Leandro Cesar Silva Valadares**; ao Senhor Vice-Prefeito, **Danilo Luis Guarnieri Mauricio**; ao Secretário Municipal de Governo, **Rogério Chiaroti**; à Secretária Municipal de Educação, **Norma Alessandra de Castro**; à Secretária Municipal de Saúde, **Karina Fuzaro Reis**; ao Governador do Estado de São Paulo, **Tarcísio de Freitas**, e seu Vice-Governador, **Felicio Ramuth**; ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), **Sr. André do Prado**; ao Presidente do Senado Federal, **Sr. David Samuel Alcolumbre Tobelem**; ao Presidente da Câmara dos Deputados, **Sr. Hugo Motta**; à Deputada Federal, Prof.<sup>a</sup> **Dorinha Seabra Rezende**; à Deputada Federal, **Prof.<sup>a</sup> Luciene Cavalcante**; ao Deputado Federal, **Sr. Chico Alencar**; à Deputada Federal, **Sra. Alice Portugal**; ao Deputado Federal, **Sr. Lindbergh Farias**; à Deputada Federal, **Sra. Adriana Ventura**; à Deputada Federal, **Sra. Talíria Petrone**; à Deputada Federal, **Sra. Socorro Neri**; aos **Presidentes das Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Ribeirão Preto**, à **Rádio Cultura**; ao **Jornal Cidade Sonho**; ao **Jornal Tempo**; ao **Jornal Imparcial**; à **Assessoria de Imprensa da Prefeitura** de Morro Agudo; e à **Assessoria de Imprensa desta Casa de Leis**, para ampla divulgação nos meios de comunicação locais.

Câmara Municipal de Morro Agudo, 14 de outubro de 2025.

  
**JOSÉ ROBERTO PICITELLI DOS SANTOS**  
Presidente

*Julio*